

RACISMO

Afinal, o Brasil é racista ou não?

A questão colocada no título desta matéria vem gerando uma discussão que se arrasta desde a chegada do primeiro negro escravo. Muito já foi teorizado por grupos divididos entre os que vêem uma democracia racial no Brasil e os que acusam o país de ainda estar longe de oferecer aos negros direitos iguais aos dos brancos. E, numa nação onde o desemprego perpassa o cotidiano das pessoas e as relações entre o Estado e os extratos sociais mais pobres não prosperam, a crise racial mantém um vínculo direto com a miséria, com o descaso.

“Raça e racismo: alguns embates” foi o tema abordado pela antropóloga Maria Suely Kofes, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, durante o Colóquio de Atualização promovido pela Reitoria em outubro. Embora citando vários estudiosos para espelhar as muitas visões sobre o assunto, ela é enfática em sua opinião pessoal: “Como antropóloga, não questiono somente o mito da democracia racial, porque também não há democracia social. A luta dos negros por seus direitos no país denuncia os limites da nossa democracia. Por isso é importante reescrever os livros que contam a história do negro no Brasil, bem como os livros sobre os índios, cuja história parece ter parado em 1500. Todos sabemos que existem diferenças claras entre as nações indígenas e que não há apenas ‘o índio’”.

Maria Suely informou que em pesquisa realizada recentemente em São Paulo, a primeira pergunta era: “Você acha que existe preconceito racial na sociedade brasileira?”. Quase 100% dos entrevistados responderam que sim. E a segunda pergunta era: “Você tem preconceito?”. Quase todos responderam que não. “Então, sobra a questão: quem é que tem preconceito?”, pergunta a professora. A seguir, trechos da palestra.



O DEBATE

O debate sobre a questão racial no Brasil tem, ele próprio, uma história e uma configuração, nas quais alguns temas mudam, alguns desaparecem e outros permanecem. E o debate vai se firmar com a Abolição. O que não quer dizer que a questão racial tenha surgido apenas após a escravidão, como querem alguns ao dizer que o escravo definia-se apenas pela sua relação com os senhores, numa relação dada estruturalmente e não por uma relação também classificada entre negros e brancos. Na verdade, até hoje persiste a discriminação não-regulamentada.

OUTRO OLHAR

O Brasil seria uma cultura resultante da combinação e do sincretismo que é afirmado, por exemplo, do ponto de vista da culinária e da religião, contendo os elementos das três raças, que já aparecem quase como três

grupos étnicos. Uma das pesquisas pioneiras no Brasil sobre o tema, que foge aos padrões de definição anteriores aos anos 50, foi a realizada na Bahia pelo pesquisador norte-americano Donald Pearson, na qual ele cria outra relação para a questão racial no Brasil, e que, ainda hoje, dificulta o embate. É a de que no Brasil não há preconceito de raça. O problema é de classe. Ou seja, a fórmula é a de que o branco pobre é negro, e negro rico é branco.

A FÁBULA

Na verdade, a fábula das três raças criou um país teoricamente miscigenado, onde uma população que não se reconhece não reivindica seus direitos. Para mim, a idéia de ascensão social dos negros, na qual eles branqueam, é errada. É como você dizer que consumir é uma coisa só dos brancos. Não é porque o negro passa a ter um bom salário e um carro do ano, que ele se torna branco. Não acho que os negros bem-sucedidos sejam brancos. Eles são, sim, negros bem-sucedidos. Portanto, o importante é lutarmos pela

criação de uma sociedade igualitária, onde negros e brancos convivam com os mesmos direitos e possibilidades de ascensão social.

O MITO

A historiadora Emília Viotti, tentando compreender a criação do mito da democracia racial, sem deixar de criticá-lo, afirma o seguinte: “É óbvio que os brancos beneficiaram-se com o mito. Mas também é verdade que os negros beneficiaram-se igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito; a crença no processo de branqueamento; a identificação do mulato como uma categoria especial; a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornou mais difícil para o negro desenvolver um senso de identidade como grupo. Por outro lado, criaram oportunidades para alguns negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham,

entretanto, de pagar um preço pela sua mobilidade. Tinham que fingir que eram brancos. Eram negros especiais. Negros de alma branca, expressão comum empregada por brasileiros de classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros. Se alguns deles estavam ansiosamente conscientes das sutis formas de preconceitos e discriminação, fizeram questão de não mencioná-las. Algumas vezes nem mesmo entre si próprios. Esses indivíduos compartilharam com os brancos o mito da democracia racial. Para a sociedade em geral, eles serviram como um claro testemunho da realidade do mito, como uma evidência tanto da ausência do preconceito como das possibilidades de mobilidade social desfrutadas pelos negros do Brasil”.

O PARAÍSO

A chamada questão racial no Brasil tem dilemas que ainda não estão resolvidos, desde a escravidão, que atravessaram a história

Continua na página 2

colonial brasileira. Ela entra pela Independência e só é abolida em 1888, um ano antes da proclamação da República. O Brasil, habitado por vários grupos indígenas, colonizado pelos portugueses e se fazendo com o trabalho do escravo africano, tem uma ordem social que desde o século 16 é tensa e conflituosa. E essa realidade é expressa neste período histórico pelas fugas de escravos, quilombos e os embates abolicionistas. Mas essa tensão e complexidade parecem não existir no que se constituiu no mito de origem, a chamada mistura das três raças, isto é, a história que é contada e recontada de que o brasileiro é resultante da mistura dos europeus, índios e negros. Esta história constantemente atualizada contém a idéia de que o Brasil é resultante da mistura racial, ou seja, a idéia e a noção de miscigenação. Ligado a isso há o que se convencionou chamar também de a “fábula das três raças” -e há quem ainda a defenda-, de que as relações sociais no Brasil são constituídas por várias linhas raciais e étnicas. Essas relações se dão numa convivência pacífica e bem resolvida, ou seja, a contemplação de democracia ou paraíso racial.

A CLASSIFICAÇÃO

As idéias de democracia e paraíso racial se une a dificuldade de compreensão da classificação racial no Brasil, ou seja, a existência de uma terminologia com mais de cem termos já levantados pelo IBGE para descrever ou classificar a pessoa pela sua cor. Isto geraria um debate em torno da multiplicidade de classificações, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos, onde há uma classificação mais rígida, bipolar. Isto faz os pesquisadores perguntarem se haveria no Brasil o preconceito de marca ou preconceito de origem, preconceito racial ou preconceito social.

A MULATA E A SANTA

A paulatina configuração de alguns símbolos da nacionalidade brasileira, como por exemplo a feijoada, a mulata (como símbolo da sexualidade da mulher brasileira) e a santa padroeira, estariam associadas à negritude, à miscigenação e à sexualização da mulher brasileira. Conforme Roberto da Matta, o mito ou a fábula das três raças se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar uma sociedade hierárquica e individualizar como se ela tivesse uma especificidade na cultura brasileira. Para Roberto da Matta, o sistema social brasileiro, fortemente hierarquizado, estaria legitimado em um plano cultural profundo nesta fábula das três raças.

BRANQUEAMENTO

A noção de raça que primeiro norteou a discussão sobre mestiçagem era bem marcada pela conotação biológica, compartilhando o cientificismo que no século 19 compunha as discussões tanto européias como norte-americanas. O ponto básico dessa discussão, naquela época, era dizer que a miscigenação era um traço característico da sociedade brasileira. E mais: para alguns, este hibridismo levava à degenerescência da raça, resultando num produto equilibrado e de frágil resistência física e moral, não adequado ao clima do Brasil e nem às condições de luta social das raças superiores. Se alguns compartilhavam estes pontos de vista, outros não. Para Sílvio Romero, era preciso partir da constatação de que o Brasil é um povo mestiço. E o mestiço não seria apenas a vitória do branco na adaptação, que era a tese do branqueamento, na luta pela sobrevivência da espécie como resultante da formação de uma raça. Segundo Romero, este será um dia um verdadeiro país mulato.

A ORDEM BIOLÓGICA

É importante colocar-se contra quaisquer concepções e ações políticas que afirmem a superioridade de um grupo sobre o outro com base em argumentos de ordem biológica. Assim, é preciso combater-se o racismo, ou seja, uma hierarquia das raças substancializada em diversos contextos políticos, onde os mais conhecidos são o nazismo e o apartheid sul-africano.

PÉ NA COZINHA

A questão racial no Brasil parece um boneco de ventríloquo, principalmente se levarmos em conta a questão ideológica. É difícil convencer um estrangeiro sobre o problema racial quando o Brasil é vendido e visto como um país negro e sem racismo. Até Fernando Henrique Cardoso falou que tem um pé na cozinha, referindo-se à sua trisavó, que era negra, e a sua bisavó, que era



A antropóloga Maria Suely Kofes: “A questão racial parece um boneco de ventríloquo”

mulata. Mas hoje esta realidade está mudando, através das reivindicações de grupos negros na busca de políticas públicas de igualdade.

ANCESTRALIDADE

A relação entre raça e racismo está ficando cada vez mais complicada. Muitos militantes negros petistas, por exemplo, ao votarem na eleição anterior para prefeito em São Paulo optaram pela candidatura Pitta à do PT. Ou seja, tornou-se uma discussão que perpassa o ideário político e se envolve na conceituação de raça. É a visão pertinente à origem, à África, à etnia e à sua identificação como negro.

NOVA ROUPAGEM

Nos anos 80 e 90, o debate sobre a causa negra ressurgiu com uma nova roupagem, como parte dos movimentos sociais que se fortaleceram desde os anos 70 em torno da identidade negra, da cidadania, seja pela politização em torno de uma consciência negra ou de uma cultura negra como meio de marcar uma cidadania diferenciada. Cidadãos com direitos, mas enquanto negros, afirmados muitas vezes culturalmente, seja através do candomblé, do reggae, da capoeira ou de outras manifestações culturais. Ou pela procura de dados que mostrassem efetivamente a condição do negro na sociedade brasileira. Alguns dados inclusive mostram que houve uma alteração na posição dos negros na estratificação social, ou seja, se discutindo uma crescente classe média negra.

IDENTIDADE

Os movimentos pela cidadania e a discussão dos grupos políticos organizados em torno da afirmação de uma identidade negra têm também constituído uma intervenção nos meios culturais para a positividade da negritude. Uma denúncia do preconceito e da discriminação. Foram promovidos protestos contra a violência policial, contra o péssimo atendimento em agências públicas, contra a discriminação nos meios de trabalho e espaços públicos; aconteceram inúmeras organizações em defesa dos interesses dos direitos dos negros, inclusive para garantir a lei que afirma ser o racismo um crime inafiançável, conforme a nova Constituição aprovada em 1988, ano do centenário da Abolição.

RAÇA

Nos Estados Unidos há quem, em defesa dos negros, use a noção de raça. Já no Brasil, desde setembro de 96, está mensalmente nas bancas uma revista intitulada *Raça Brasil*. Esta revista, no seu primeiro número, trazia um editorial na qual afirmava que a publicação nasceu para dar ao leitor o orgulho de

ser negro, propondo falar dos problemas dos leitores e apresentar soluções, ajudando a se cuidar melhor, discutir a identidade, resgatar a herança cultural negra, negar o preconceito e, principalmente, afirmar as qualidades. A revista reverteu valores como os do negro preguiçoso e pobre, trazendo matérias nas quais uma composição de valores mostra o contrário: mostra negros bem-sucedidos. Reverter esse quadro de valores é uma luta importante.

ESTRATÉGIAS

Para mostrar a complexidade do tema, no dia 25 de abril de 1991, a *Folha de São Paulo*, no seu suplemento *Cotidiano*, trazia uma notícia com o seguinte título: “Campanha quer convencer negros a assumir a cor preta no Censo.” E o mesmo jornal, no dia 18 de junho de 1991, no seu suplemento *Mundo*, anunciava que o parlamento sul-africano eliminava a classificação de pessoas por raça. Lidas juntas, essas notícias pareciam indicar uma curiosa inversão. Mas nem o Brasil estaria inaugurando o seu apartheid e nem a África do Sul realizava uma idealizada democracia racial. Contudo, se remetem a distintos contextos políticos essas notícias também expressam as estratégias mobilizações ou desmobilizações em torno de raça. Ou seja, em torno da significação de raças há embates científicos e políticos, históricos e contemporâneos.

ETNIA

Na Antropologia e nas Ciências Sociais há quem proponha substituir raça por etnia ou considerar que o conceito de raça só faz sentido de ser usado no âmbito do que é chamado de racialismo, isto é, de uma ideologia, de uma teoria, onde raça é um operador de classificação, descartando os argumentos de ordem biológica ou naturalizadores. Por exemplo, na tradição cultural norte-americana, raça é uma propriedade natural, escrita nos corpos das pessoas mesmo que essa concepção não tenha nenhum fundamento antropológico desde o aparecimento do *homo sapiens*. Essa concepção cultural foi ancorada em leis que só começaram a ser modificadas na década de 60, com uma série de lutas pelos direitos dos negros nos Estados Unidos.

MATERIAL DA CASA

É preciso uma atenção às distintas traduções que estão se fazendo de raça, sejam estas conceituais e/ou políticas. Afinal, raça já se referiu a agrupamentos linguísticos e agregados somáticos. Já permitiu cálculos sobre medidas cranianas. Mas se o termo raça não fala hoje mais de medidas de crânios, ele é hoje bastante discutido não só no Brasil, mas inclusive no Brasil. Aliás, sobre o Brasil, Arthur Ramos, em 1937, dizia que o assunto do negro não é moda, é assunto permanente, porque ele é material da casa.

A BARRA DOS TRIBUNAIS

Pesquisa revela que Justiça condena negros em maior proporção

Um levantamento feito pelo pesquisador Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, revela que a Justiça protagoniza um dos capítulos da história da desigualdade racial no Brasil. Adorno concentrou sua análise nos casos de roubo qualificado registrados em 1990 no município de São Paulo, acompanhando todo o desenrolar de cerca de 2 mil processos e suas respectivas sentenças. As suspeitas do

pesquisador de que a Justiça distribuía de modo desigual as sanções penais se confirmaram: nos crimes analisados, 59% dos acusados brancos foram condenados, percentual que saltava para 68% no caso dos réus negros.

Esse resultado faz Adorno trabalhar com duas hipóteses: a de que os negros estão sendo punidos em maior proporção ou de que eles recebem sanções de acordo com a lei e de que a Justiça é mais flexível com os réus brancos. “Seja o que for, qualquer uma das hipóteses me leva a concluir que a Justiça não está sendo distribuída de modo igualitário para réus brancos e negros que cometeram o mesmo crime. Isso significa que, possivelmente, a variável étnica interfere no desfecho das decisões judiciais”, constata.

A assistência judicial foi outro fator a chamar a atenção de Adorno. Em geral, os negros valem-se da assistência gratuita proporcionada pelo Estado; já os brancos, em proporção muito maior, buscam a assistência contratada, mais eficaz em função das condições de trabalho. De um lado, tem-se o agente do Estado às voltas com a burocracia, com um número maior de casos e com prazos a cumprir. No caso da assistência privada, o advogado consulta a jurisprudência, tem um equipe de apoio e explora melhor as nuances da ação, conseguindo argumentar pró-réu com maior êxito.

Nesse quadro, constata Adorno, não há diferença no tamanho da sentença, ou seja, o réu negro não é punido com mais rigor no que diz respeito ao tempo a ficar trancafiado. “A sentença de condenação é que se inclina mais para os réus negros do que para os brancos”, analisa Adorno, para quem é prematuro afirmar que o Poder Judiciário é racista, uma vez que o processo penal faz parte de um complexo sistema de operações que começa no registro policial e se arrasta até o veredicto.

Nesse intrincado mundo povoado por múltiplos operadores técnicos, o preconceito e o pré-julgamento dão as cartas. Passa a ser visto como natural o fato de a cor ser um dos critérios de

seleção. Um dos procedimentos observados por Adorno foi o que ele classifica de “dança das cores”, na qual o agressor, no Boletim de Ocorrência, é descrito como pardo ou negro e vai “clareando”, conforme o andamento do processo. Ou vice-versa.

Nas cadeias, na outra ponta desse sistema, Adorno vivenciou situações que comprovam a situação de desigualdade racial, na qual a relação entre cor e periculosidade, alimentada por agentes dos aparelhos de controle social, fica ainda mais evidente. “Trabalhando com amostras selecionadas, muitas vezes precisava entrevistar um determinado condenado na cadeia e sempre tinha o número, mas não sabia a etnia do preso. Percebi que, quando o réu não era branco, o guarda fazia questão de revistá-lo na minha frente, meio que me sinalizando: ‘olha, esse é perigoso, todo cuidado é pouco’...”

Na verdade, a pesquisa de 1990 corrobora levantamento qualitativo anterior coordenado pelo próprio Adorno, que analisou cerca de duas mil sentenças condenatórias em casos de homicídios, dadas entre janeiro de 1984 e junho de 1988 por um Tribunal de Júri de São Paulo. As sanções se inclinavam mais para réus negros, migrantes e para aqueles que não revelassem ocupação definida. “Essa relação está introjetada na cultura organizacional da prisão”, diagnostica o pesquisador, para quem a raiz da intolerância está na escravidão.

Segundo Adorno, inúmeros estudos comprovam que o negro foi incorporado à sociedade brasileira como cidadão de segunda classe e, embora acredite que esse cenário venha sofrendo alterações, há muito a ser feito. “Acho que é uma mudança lenta e dolorosa, cujos resultados vão aparecer somente daqui uma ou duas gerações. As diferenças precisam ser erradicadas”, prega.



Adorno: “dança das cores” nos boletins de ocorrência

Uma personagem sem história

Às portas do século 21, a diferença de tom de pele ainda dá margem para muitas discussões e até mesmo processos judiciais. Na Unicamp, uma das questões colocadas em discussão durante a 2ª Semana da Consciência Negra, realizada entre 20 e 24 de novembro, foi justamente a necessidade de se ter uma data específica para se promover encontros entre entidades negras. No final de um século dedicado a tantos avanços culturais e tecnológicos, a barreira do preconceito já deveria ter sido ultrapassada.

No debate “Arte, Cultura e Sociedade”, que integrou a programação da Semana, três personalidades da universidade revelaram resultados de suas pesquisas sobre a questão racial e suas experiências como profissionais negros. O escritor e aluno do Instituto de Estudos da Linguagem Fausto Antônio dedicou seu discurso à ausência do negro na literatura brasileira. Para ele, ainda existe um mecanismo de exclusão que está em andamento e não foi paralisado em 1888.

O modelo negro apresentado por Bernardo Guimarães em *A escrava Isaura* contribui para a afirmação do preconceito, a partir do momento em que os negros passam a ter um papel secundário no roteiro. Na sua opinião, a apresentação do texto é marcadamente discriminatória. A única personagem negra com história, Rosa, encarna desenho de personagem negra, sedutora e diabólica. Em uma rápida análise sobre obras de outros autores brasileiros, como *Macunaíma*, de Mário de Andrade, Fausto Antônio diz enxergar no enredo uma história de branqueamento do negro; um negro que tem um irmão índio.

Dentro de uma democracia racial sugerida por entidades negras, que tenta determinar o número de negros que devem compor um roteiro, existe a tendência para uma prática ainda mais violenta do racismo, que não aceita o negro segundo suas origens, defendeu em sua fala. Um povo negro sem enredo também faz parte dos melhores livros de história do País, na avaliação de Antônio. Ele avalia que não se fala mal do negro, mas também não se fala bem. Simplesmente, a história não aparece em toda sua verdade, o negro é ausente no ensino da história. As entidades, a arte, a cultura negra e até mesmo a

luta racista não aparecem na escola. Antônio avalia que o “apagamento” da história negra dá início com a introdução do trabalho escravo, quando do “descobrimto”, em 1500, e com a supressão do espaço geográfico.

A idéia de miscigenação também apresenta uma curiosidade, a partir do momento em que prega que negros e brancos devem ocupar o mesmo espaço, mas permite que isto aconteça de forma hierarquizada, avalia Mário Luiz Cabral e Silva, doutorando em filosofia clínica no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Também convidado a participar do debate, Silva apresentou sua análise por meio da filosofia clínica. O que se observa, segundo ele, é que as culturas negra e indígena tornaram-se elemento de diversão para o branco. “É feita por grande parte por negros, mas o objetivo não é o negro.” O mesmo acontece com os vídeos que, segundo sua análise, não vão servir para reflexão, mas como entretenimento. O aspecto histórico, na análise do estudioso, é esquecido quando se assiste a um filme, como por exemplo a produção *A morte de Zumbi*. Para ele, para se garantir o resgate da identidade, é preciso mexer na fonte e nos berços, na creche e na pré-escola.

A interferência na arte negra é debatida também por Inacyra Falcão, professora do curso de Dança do Instituto de Artes da Unicamp e uma das componentes da mesa de debate. Uma de suas observações foi a adequação de algumas danças para as academias. Para ela, o racismo é uma questão do homem, do ser humano e de educação. “Um é diferente do outro, mas somos iguais. Estamos juntos para uma transformação.” O que falta, na sua opinião, não é a Semana da Consciência Humana, mas a prática diária. Para ela, o fato de ser uma artista e acadêmica e por ter durante um período chefiado um departamento de um curso universitário faz com que vivencie o racismo em seu dia-a-dia. “A vivência é decepcionante. A transformação tem de vir do indivíduo.”

Uma das coisas pontuadas por ela durante o debate é que, muitas vezes, a dificuldade em conscientizar deve-se à complexidade do discurso dos líderes negros. O caminho para ela é a busca pessoal, uma valorização da própria pessoa e o respeito pela sua história.



Funcionária da Unicamp dança durante atividade da Semana da Consciência Negra



À margem do mercado

A pesquisa *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho* tornou pública uma realidade mascarada pela aspepsia dos departamentos de recursos humanos das centenas de milhares de empresas espalhadas pelo Brasil: a cor da pele pesa, e muito, na hora da admissão. Os números do levantamento, realizado em 1998, foram tema de debate promovido em novembro, na Unicamp, durante a Semana da Consciência Negra.

Encomendada pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a pesquisa foi feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Distrito Federal. Foram visitados cerca de 46 mil domicílios em mais de uma centena de municípios. “As pessoas ficam escandalizadas com os números do mapa”, relatou Neide Aparecida Fonseca, presidente do INSPIR, durante o debate.

Sobram razões para o escândalo. O mapeamento comprova, em todos os quesitos, a manutenção do negro à margem do mercado de trabalho, mais de um século depois do fim da escravidão. Das taxas de desemprego, passando pela distribuição dos ocupados por nível de instrução segundo raça e sexo, até chegar no rendimento médio dos assalariados por grupos de ocupação de acordo com a raça, as evidências são incontestáveis.

“Não sobrou outro papel para o negro a não ser integrar um exército de mão-de-obra reserva para exercer as piores funções quando não tivesse outra pessoa que pudesse realizá-las”, denuncia o advogado trabalhista Inácio Teixeira Neto, coordenador da Comissão de Promoção da Igualdade Racial do Sindicato dos Advogados de São Paulo.

Trata-se de um exército de explorados, para ficar no exemplo de Teixeira, que marcha ao lado de outro, imenso e pouco estudado: o dos desempregados. A pesquisa mostra, por exemplo, que na capital baiana a taxa de desemprego entre negros era de 25,7%, contra 17,7% para brancos. Em São Paulo, a situação não era muito diferente, apresentando o índice de 22,7% quando se tratava de desempregado negro, e de 16,1% para os brancos.

Esse quadro ganha contornos ainda mais dramáticos quando se compara o tempo médio necessário para se obter uma colocação no mercado após a baixa na carteira. São Paulo, mais uma vez, serve de cenário para o tratamento desigual: um trabalhador negro permanece desempregado 57 semanas, em média, e o branco, 50 semanas, de onde se conclui que o primeiro chega a amargar 50 dias a mais de espera por uma nova chance.

O negro também leva desvantagem quando o assunto é direito trabalhista. O levantamento revela que eles são maioria nos chamados postos de trabalhos vulneráveis, nos quais o trabalhador não tem carteira assinada e, conseqüentemente, se vê órfão de qualquer tipo de amparo legal. Na região metropolitana do Recife, o mercado informal absorve 44,7% dos ocupados negros, percentual que cai para 36,8% quando se fala de brancos.

Além de ingressarem mais cedo no mercado, os negros têm uma carga de trabalho maior que a dos brancos. Em média, aponta a pesquisa, os negros passam 44 horas semanais no emprego, duas a mais que os brancos, marca-limite assegurada pela Constituição Federal e que muitas vezes é ultrapassada - em São Paulo, por exemplo, 45,3% dos trabalhadores da etnia cumprem jornada superior à prevista em lei.

Trabalha-se muito e ganha-se pouco. Os salários dos negros são menores que os recebidos pelos brancos. Na região do Recife, 61% dos trabalhadores negros ganham menos que dois salários mínimos, contra 46% dos brancos. Mais aberrações: apenas 4% dos negros têm rendimento superior a 10 salários mínimos, taxa que salta para 11% no universo dos trabalhadores brancos.

Segundo Neide Aparecida, os dados da pesquisa comprovam que a discriminação vai além da formação e do preparo do indivíduo. “Comparando o nível de escolaridade, a cor da pele e o tipo de emprego, comprova-se que não adianta se especializar. O que faz a diferença no mercado não é a formação e sim a raça”, diz Neide, lançando um desafio: introduzir nas negociações coletivas à temática da igualdade de oportunidades, conciliando assim as reivindicações de teor econômico com uma ação voltada para a cidadania.

Entre os objetivos do INSPIR, por exemplo, está a criação de um guia para sindicatos sobre como negociar e defender cláusulas nos acordos entre empregados e empregadores e como fiscalizar comportamentos discriminatórios. No mapeamento, o instituto já propôs algumas cláusulas, com a consultoria do advogado trabalhista Inácio Teixeira Neto.

O conteúdo das cláusulas sugere que as empresas se comprometam a adotar programas educativos e medidas administrativas destinadas a garantir igualdade de oportunidade e tratamento no acesso ao emprego, na permanência, na mobilidade ocupacional de seus empregados, independentemente de raça. Resta esperar que as empresas cumpram a sua parte.

O berço das diferenças

A pesquisadora Estela Garcia de Pinto da Cunha, do Núcleo de Estudos da População (Nepe) da Unicamp, é a responsável pelas áreas de saúde e mortalidade do projeto Dinâmica Demográfica da População Negra no Brasil, um complexo mapeamento que abrange três grandes variáveis – nupcialidade, fecundidade e mortalidade da população negra em comparação à população branca. O levantamento fornece dados concretos que pintam uma realidade cruel das condições de vida do negro no país.

Argentina radicada no Brasil há 15 anos, Estela utiliza fontes secundárias (censos e pesquisas, sobretudo do IBGE) e primárias (atestados de óbitos) para fundamentar seu trabalho. Alguns indicadores, mesmo parciais, revelam o tamanho do abismo. A expectativa de vida é um deles. De acordo com o censo de 1991, ela era calculada em 72 anos para os brancos e em 65 anos para os negros. Não chama a atenção apenas a diferença de 7 anos – já um disparate –, mas também o fato de ela permanecer a mesma desde 1940.

A mortalidade infantil é outro exemplo emblemático. Entre os censos de 1980 e de 1991, a mortalidade diminuiu 43% entre os brancos, mas estacionou na faixa dos 25% entre os negros. No censo de 1980, a diferença no número de óbitos de crianças brancas e negras era de 21%, taxa que sobe para 40% no levantamento feito pelo IBGE em 1991.

Quando se fala de diferenças regionais, os números são mais dramáticos. Os filhos de mães negras residentes no Nordeste, por exemplo, estão sujeitos a um risco 63% mais elevado de morrer antes de completar um ano de vida se a comparação for feita com crianças brancas nascidas no Sul, o que significa 59 mortes a mais para cada mil nascidos vivos.

“A população negra morre muito mais significativamente que a população branca. Muitas vezes na mesma faixa de renda, no mesmo nível educacional e no mesmo local de residência”, revela Estela, que vê na raça um critério de estratificação social no Brasil, quadro que lentamente está sendo alterado com a crescente mobilização de entidades. “O movimento negro cobra, com razão, uma dívida histórica”.



Estela Garcia de Pinto da Cunha, pesquisadora do Nepe: “O negro cobra uma dívida histórica”